

IPECE Informe

Nº 285 – Maio/2026

Análise das Condições Sociodemográficas e da Distribuição Espacial da Informalidade no Mercado de Trabalho Cearense



Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdini – Secretário

Caio Hugo Carvalho Vitor - Secretário Executivo de Gestão de Compras e Patrimônio

José Garrido Braga Neto - Secretário Executivo de Gestão de Pessoas

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Daniel de Carvalho Bentes - Secretário Executivo de Modernização e Governo Digital

Francisca Rejane Araujo Felipe Pessoa de Albuquerque - Secretária executiva de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº 285 – Maio/2026

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Elaboração:

Victor Hugo de Oliveira Silva (Analista de Políticas Públicas)

Cleyber Nascimento de Medeiros (Analista de Políticas Públicas)

Colaboração:

Jader Ribeiro de Lima (Apoio Técnico)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Competência, comprometimento e senso de equipe; Compromisso com a sociedade e valorização do ser humano; Autonomia Técnica; Rigor científico e inovação.

Visão: Até 2031, consolidar-se como referência em inteligência pública e assessoramento estratégico ao Governo do Ceará, ampliando sua capacidade de produzir e disseminar conhecimento qualificado, inovador e orientado às políticas públicas efetivas e sustentáveis.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo Cambéa |

Cep: 60.822-325 |

Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 2018-2639

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2026

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2026

ISSN: 2594-8717

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Aspectos Econômicos. 4. Aspectos Sociais. 5. Mercado de Trabalho.

Nesta Edição

O presente estudo buscou investigar as características sociodemográficas associadas à informalidade, bem como a distribuição espacial do fenômeno nos municípios e sua composição. O estudo mostra que mais da metade dos trabalhadores cearenses são informais. Este fenômeno incide de forma preponderante sobre a população jovem e idosa, do sexo masculino, pretos e pardos, bem como sobre pessoas com baixa escolarização. Também se observa que 91% dos municípios apresentavam mais da metade das respectivas populações ocupadas de maneira informal. Em grande parte, a informalidade se concentra em trabalhadores do setor privado sem carteira e em trabalhadores por conta-própria sem CNPJ. Os municípios com menor dinâmica econômica, bem como aqueles com elevado percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família, são aqueles que apresentam maiores taxas de informalidade.

1. Introdução

A informalidade do mercado de trabalho é um fenômeno econômico típico de países ou regiões em desenvolvimento, afetando ambas as firmas e trabalhadores (Ulyssea, 2018). A informalidade entre os trabalhadores caracteriza-se pela ausência de contrato formal de trabalho; enquanto a informalidade das firmas podem ocorrer quando não há registro da pessoa jurídica, ou pela presença de trabalhadores informais (sem carteira de trabalho assinada) mesmo quando há registro de pessoa jurídica (Ulyssea, 2018). A elevada informalidade está diretamente associada à evasão fiscal, baixa provisão de bens e serviços públicos, baixa produtividade do trabalhador, e pequeno tamanho das firmas (Ulyssea, 2020).

Diversos fatores contribuem para a persistência da informalidade no mercado de trabalho. Dentre eles estão fatores institucionais ou regulatórios, econômicos e de escolha individual. Por exemplo, os fatores institucionais incluem custos de entrada (ou formalização do negócio), taxa sobre receitas e folha de pagamento, rigidez do mercado de trabalho (Manzano et al., 2021; Rocha et al, 2018; Ulyssea, 2018). Já os fatores econômicos abrangem as crises econômicas ou recessões, migração rural-urbana, baixa escolaridade da população, e baixa abertura comercial para mercados estrangeiros (Imbert and Ulyssea, 2026; Manzano et al., 2021; Ponczek and Ulysse, 2022; Ulyssea, 2020). Dentre os fatores de escolha individual estão o acesso à transferências condicionadas de renda, contribuição obrigatório para o sistema de pensões/aposentadorias, ausência de fiscalização de negócios informais (Bosch e Campos-Velasquez, 2014; Ulyssea, 2018; 2020). Vale salientar também que as mudanças tecnológicas com a introdução de plataformas digitais tem criado diversas formas de negócios e empregos informais, os quais ainda carecem de regulação (Manzano et al., 2021).

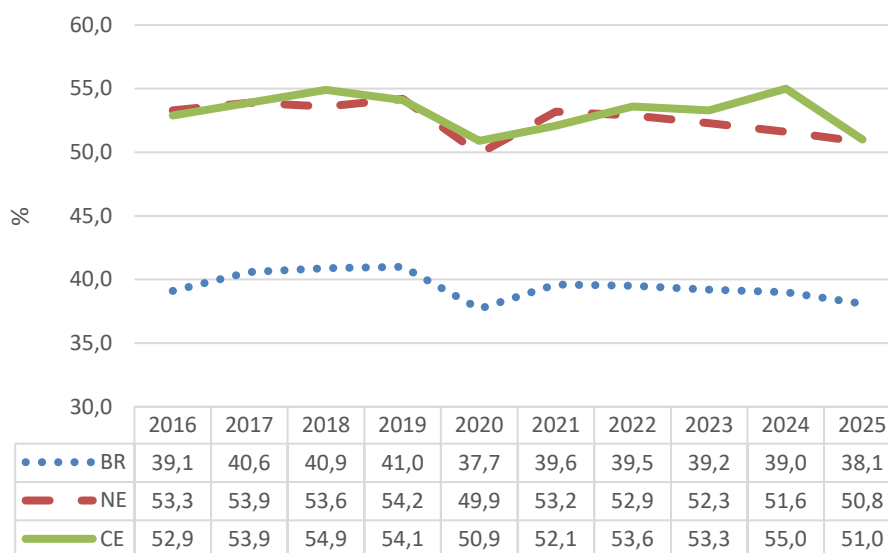
Pouco mais de 1/3 da população ocupada no mercado de trabalho do Brasil é informal (Sousa, 2021). No entanto, há diferenças regionais consideráveis, as quais indicam uma elevada concentração da informalidade na região Nordeste. Nesse contexto, buscou-se analisar a taxa de informalização no mercado de trabalho cearense, comparando com os indicadores observados para a região Nordeste e Brasil. Ademais, as características sociodemográficas das ocupações informais no mercado de trabalho cearense são investigadas a fim de traçar um perfil do trabalhador informal. Essa primeira parte do estudo é desenvolvida com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A segunda parte do estudo busca apresentar a distribuição espacial da informalidade do mercado de trabalho em nível municipal com base nos dados do Censo Demográfico 2022. Essa análise pretende mostrar que mesmo em nível municipal, há substancial heterogeneidade da informalidade dos mercados de trabalhos locais.

2. Informalidade no mercado de trabalho cearense

A taxa de informalidade analisada no presente considera como ocupação informal as seguintes categorias: i) empregado no setor privado (exclusive trabalhador doméstico) sem carteira de trabalho assinada; ii) trabalhador doméstico (inclusive diarista) - sem carteira de trabalho assinada; iii) empregado do setor público (não estatutário) sem carteira de trabalho assinada; iv) empregado de empresas estatais sem carteira de trabalho assinada; v) empregador sem CNPJ; vi) conta própria sem CNPJ; vii) trabalhador familiar auxiliar. Obtem-se a proporção de ocupações informais dividindo o somatório total de trabalhadores classificados nas categorias listadas acima pelo total de trabalhadores ocupados na semana de referência. O valor resultante é multiplicado por 100. A faixa etária considerada no estudo é de 14 anos ou mais.

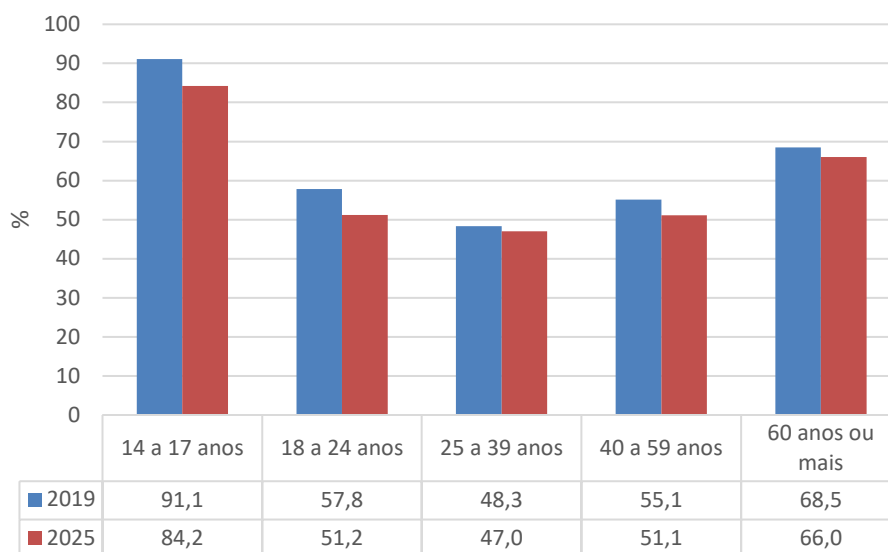
O Gráfico 1 mostra as taxas de informalidade para o Ceará, Nordeste e Brasil entre os anos de 2016 e 2025. A informalidade atinge mais da metade das ocupações no mercado de trabalho do Ceará. Nos últimos 10 anos, os valores flutuaram entre 50% e 55%. A taxa de informalidade era de 52,9% em 2016, e passou a 51% em 2025. Embora tenha havido queda de 4 pontos percentuais nesse indicador entre 2024 e 2025, o Ceará apresenta níveis de informalidade superiores a região Nordeste e ao Brasil. A diferença em relação ao percentual nacional é de 13 pontos percentuais, ou de $\frac{1}{4}$ da taxa de informalidade do Ceará. Além disso, essa diferença tem se mantido persistente ao longo dos anos.

Gráfico 1: Taxa de informalidade no mercado de trabalho- CE, NE e BR – 2016 a 2025



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

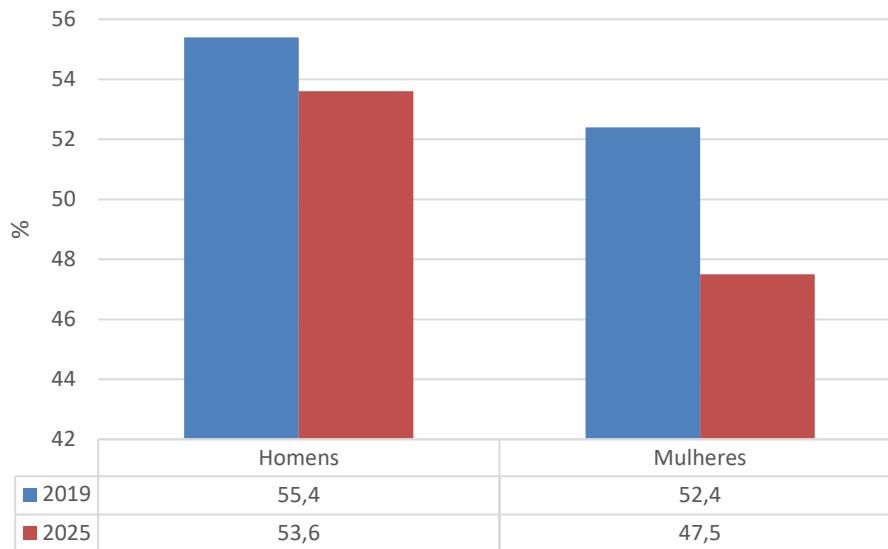
O Gráfico 2 mostra a taxa de informalidade por faixas etárias no Ceará para os anos de 2019 e 2025. Embora a informalidade em 2025 seja inferior a observada em 2019 para todas as faixas etárias, há uma relação de parábola entre a taxa de informalidade e as faixas etárias. Essa relação indica níveis elevados de informalidade para os extratos mais jovens da população, alcançando seu nível mais baixo na faixa etária entre 25 e 39 anos e voltando a aumentar para as faixas etárias superiores.

Gráfico 2: Taxa de informalidade no mercado de trabalho por faixa etária - Ceará – 2019 e 2025

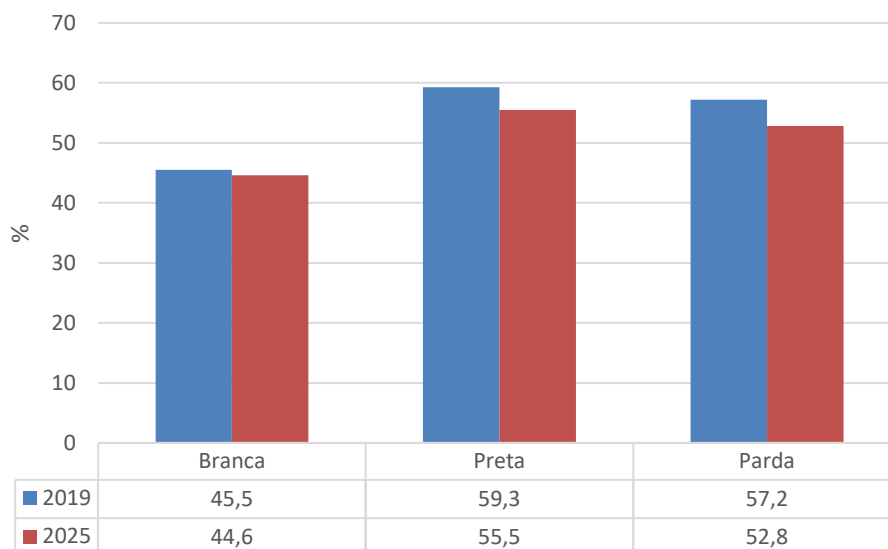
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

No Brasil, a legislação trabalhista permite assinar a carteira de trabalho para pessoas a partir de 14 anos na modalidade de jovem aprendiz, embora a idade mínima seja de 16 anos. Apesar disso, a informalidade atinge mais 80% dos jovens entre 14 e 17 anos em 2025. No outro extremo da distribuição do Gráfico 2, observa-se elevado nível de informalidade para a população idosa ocupada, chegando a 66% no mesmo ano. Entre os 18 e 59 anos, a informalidade flutua em torno dos 50%.

No tocante ao gênero, O Gráfico 3 mostra que a informalidade é mais intensa entre os trabalhadores do sexo masculino. A diferença que era de apenas 2 pontos percentuais em 2019, saltou para 6 pontos percentuais em 2025. Neste último ano, a informalidade atingiu 53,6% dos homens e 47,5% das mulheres ocupadas com idade de 14 ou mais. O Gráfico 4, por sua vez, mostra a taxa de informalidade quando condicionada às categorias de cor/raça. A informalidade é maior entre pretos e pardos, quando comparada à população branca. Em 2019, a diferença entre as taxas de informalidade entre pretos e pardos com respeito aos brancos, foi de 13,8 e 11,7 pontos percentuais. Essa diferença foi atenuada em 2025, respectivamente, 10,9 e 8,2 pontos percentuais. Neste último ano, a taxa de informalidade observada foi de 44,6% para brancos, 55,5% para pretos e 52,8 para pardos.

Gráfico 3: Taxa de informalidade no mercado de trabalho por gênero - CE, NE e BR – 2019 e 2025

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

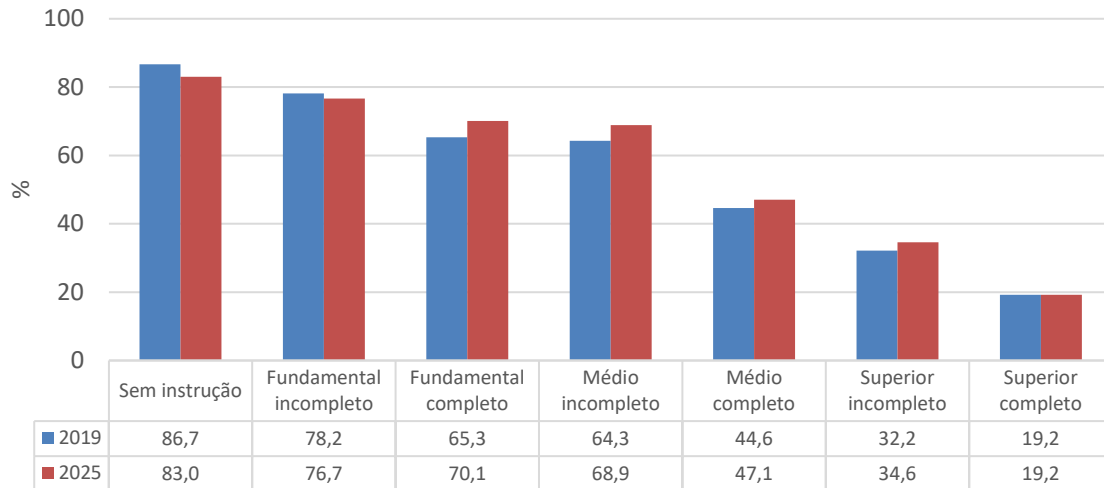
Gráfico 4: Taxa de informalidade no mercado de trabalho por raça/cor - CE, NE e BR – 2019 e 2025

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

O Gráfico 5 mostra a incidência da informalidade considerando os níveis de escolaridade da população ocupada de 14 ou mais anos de idade do Ceará. A evidência do Gráfico 5 é de uma clara relação inversa entre a taxa de informalidade e os níveis de escolaridade da população ocupada no Ceará. Por exemplo, a informalidade atinge aproximadamente 80% das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto em 2025. Para aqueles com fundamental completo ou ensino médio incompleto, a taxa de informalidade é próxima dos 70% no mesmo ano. A taxa de informalidade cai substancialmente para pessoas com ensino médio completo ou superior. Por exemplo, observa-se uma incidência de informalidade de 47,1% para pessoas com ensino médio, passando a 34,6% para pessoas com ensino superior incompleto, e 19,2% para aqueles com superior completo. Logo, a escolarização da população ocupada pode ser

considerada um fator protetivo à informalidade no mercado de trabalho. A mesma relação entre escolarização e informalidade é observada em 2019.

Gráfico 5: Taxa de informalidade no mercado de trabalho por nível de instrução - CE, NE e BR – 2019 e 2025



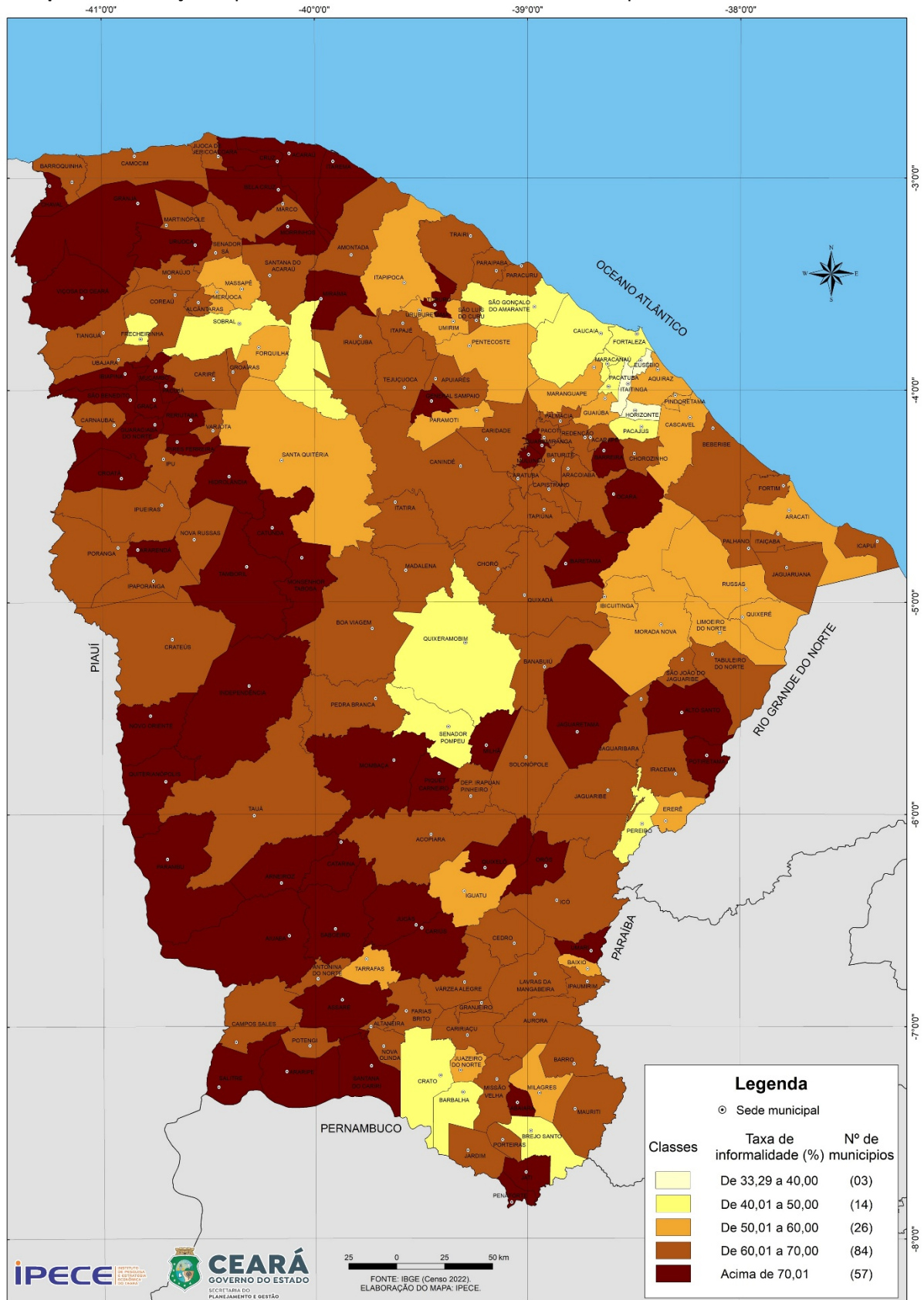
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

3. Informalidade no mercado de trabalho dos municípios cearenses

Nesta seção do estudo, analisa-se a distribuição espacial da informalidade no mercado de trabalho cearense em nível municipal. Apresenta-se os municípios com as 10 maiores e 10 menores taxas de informalidade. Também, observa-se a incidência da informalidade em nível local condicionada ao tipo de ocupação informal. Isso permite observar que tipo de ocupação é responsável pela ocorrência do fenômeno nos municípios cearenses.

O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial da taxa de informalidade em nível municipal considerando os quartis da distribuição em 2022. Neste ano, 17 municípios apresentaram taxa de informalidade entre 30% e 50%. Isso significa dizer que aproximadamente 91% dos municípios cearenses possuem mais da metade de sua população ocupada de maneira informal. Os municípios com taxa de informalidade maior que 50% e menor ou igual a 60% somam 26, isto é, 14,1% do total. Já os municípios com taxa de informalidade maior que 60% e menor ou igual a 70% somam 84, ou seja, 45,6% do total. Por fim, quase 31% dos municípios possuem taxa de informalidade superior a 70%. A Tabela A1 apresenta a taxa de informalidade para cada um dos 184 municípios e a proporção de cada componente do indicador em relação à população ocupada total.

Mapa 1: Distribuição espacial da taxa de informalidade dos municípios cearenses – Censo 2022.



Fonte: Censo Demográfico 2022/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 1: Classificação dos municípios com respeito as 10 maiores e 10 menores taxas de informalidade (% da população total ocupada) – Censo 2022.

Município	Trabalhadores sem carteira assinada				Sem CNPJ		Trabalhador Familiar	Taxa de Informalidade Total
	Empregado (setor privado)	Trabalhador doméstico	Empregado (setor público)	Empregado (estatais)	Empregador	Conta própria		
Ceará	18,4	4,0	3,5	0,2	0,5	24,2	1,2	52,0
10 maiores taxas								
Salitre	22,8	1,5	13,9	0,3	0,2	43,8	5,7	88,2
Parambu	27,5	2,9	14,7	0,1	0,9	29,9	4,0	80,1
Aiuaba	21,7	4,7	16,1	0,1	0,1	35,3	1,7	79,8
Piquet Carneiro	25,2	4,5	13,0	0,0	1,1	33,2	2,0	78,9
Potiretama	30,6	2,9	21,4	0,2	0,0	22,5	0,0	77,6
Santana do Cariri	24,1	2,7	9,0	0,0	0,3	39,8	1,6	77,4
Tamboril	22,6	5,1	5,9	0,0	1,4	38,9	3,3	77,1
Barreira	33,6	2,7	5,2	0,1	0,5	32,7	1,9	76,8
Pires Ferreira	30,0	5,3	13,6	0,0	0,4	27,4	0,2	76,8
Independência	30,9	7,4	3,3	0,4	1,3	31,2	2,3	76,7
10 menores taxas								
Pacajus	16,6	2,8	2,2	0,0	0,5	23,9	0,5	46,4
São Gon. do Amarante	17,0	3,9	4,5	1,0	0,3	19,2	0,6	46,4
Frecheirinha	14,5	4,6	1,5	0,3	0,6	23,2	1,2	45,9
Pacatuba	12,8	2,8	3,8	0,1	0,1	22,9	0,7	43,1
Sobral	17,0	3,7	2,3	0,3	0,6	18,5	0,5	42,7
Maracanaú	13,3	2,8	1,7	0,3	0,4	22,4	0,5	41,4
Fortaleza	13,6	3,5	1,2	0,1	0,5	20,8	0,7	40,4
Itaitinga	14,0	2,7	1,8	0,1	0,3	19,7	0,5	39,1
Horizonte	12,2	1,7	0,9	0,4	0,3	18,7	0,3	34,4
Eusébio	11,1	4,2	3,3	0,8	0,5	12,9	0,5	33,3

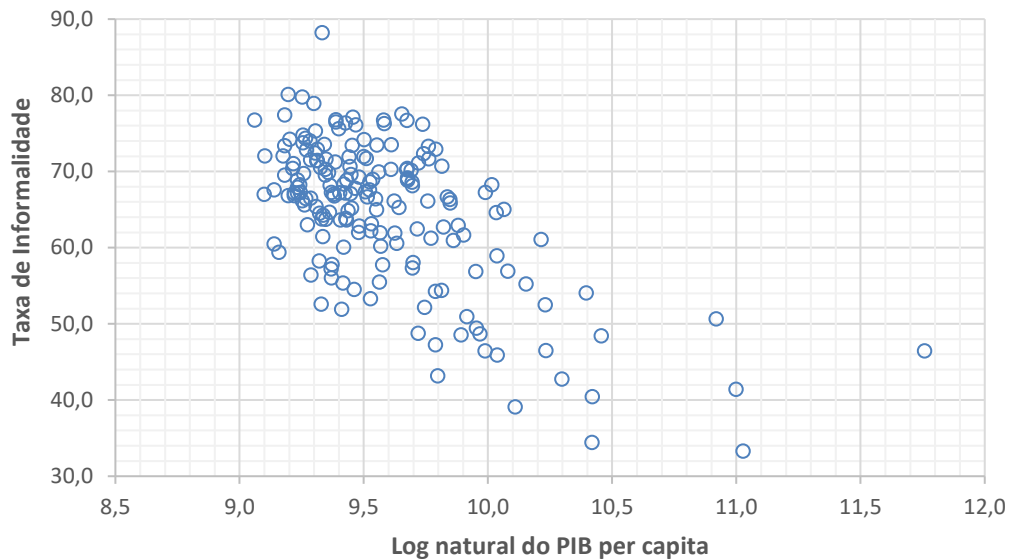
Fonte: Censo Demográfico 2022/IBGE. Elaboração própria.

A Tabela 1 mostra os municípios com as 10 maiores e com as 10 menores taxas de informalidade em 2022. Entre os municípios com as 10 maiores taxas de informalidade estão Salitre, Parambu, Aiuaba, Piquet Carneiro, Potiretama, Santana do Cariri, Tamboril, Barreira, Pires Ferreira e Independência. Nesses municípios, a informalidade atinge ao menos $\frac{3}{4}$ da população ocupada. Em geral, a informalidade em tais municípios é composta principalmente pelos trabalhadores conta-própria sem CNPJ, pelo empregado do setor privado sem carteira assinada e empregados no setor público sem carteira-assinada. Em Salitre, por exemplo, quase 44% das pessoas ocupadas são trabalhadores conta-própria sem CNPJ; outros 22,8% correspondem a trabalhadores do setor privado sem carteira-assinada. Também se observa quase 14% do total de ocupados são trabalhadores do setor público sem carteira assinada. Essas três categorias de trabalhadores somam quase a totalidade da taxa de informalidade em Salitre que chegou a aproximadamente 88% em 2022.

Entre os 10 municípios com as menores taxas de informalidade estão Pacajus, São Gonçalo do Amarante, Frecheirinha, Pacatuba, Sobral, Maracanaú, Fortaleza, Itaitinga, Horizonte e Eusébio. Nesses municípios, a variou entre 33,3% (Eusébio) e 46,4% (Pacajus). Ademais, a informalidade se contra mais em trabalhadores por conta-própria sem CNPJ e trabalhadores do setor privado sem carteira assinada. A maioria desses municípios são pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza, o quais apresentam maior dinâmica da economia local com elevada produtividade. O Gráfico 6 corrobora tal hipótese, uma vez que o mesmo aponta a existência de uma relação inversa entre a informalidade e o log natural do PIB per capita dos municípios. A relação observada indica que municípios com baixa (elevada) dinâmica econômica (ou produtividade) são aqueles que apresentam as maiores (menores) taxas de informalidade do mercado de trabalho local. Os municípios com baixo PIB per capita possuem suas economias muito dependentes dos setores de serviços e comércio, os quais tendem a concentrar boa parte de trabalhadores sem carteira assinada e conta-própria sem CNPJ.

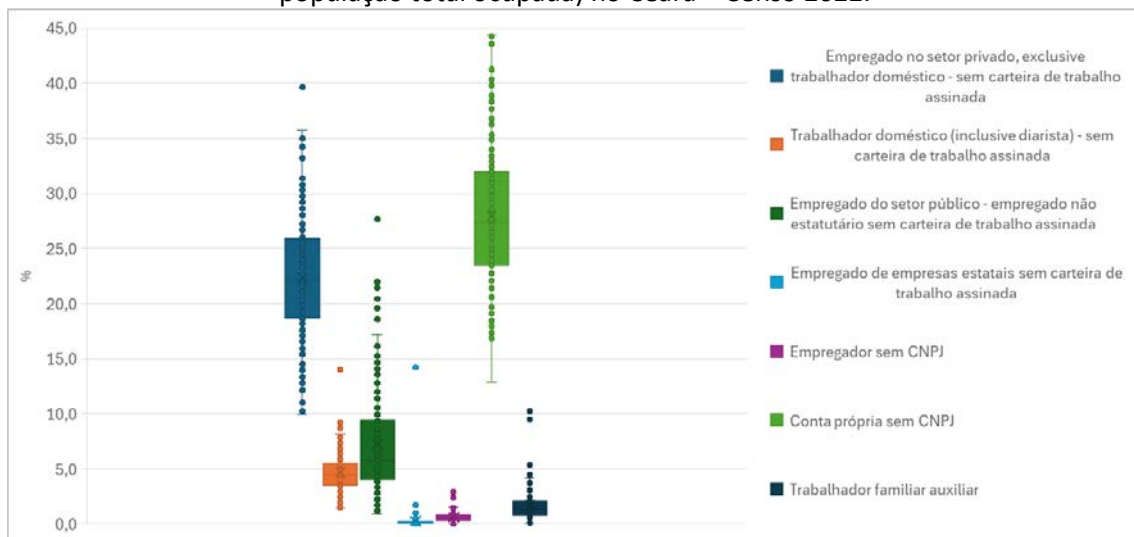
O Gráfico 7, por sua vez, mostra a distribuição dos municípios condicionadas ao tipo de ocupação informal por meio de diagrama de caixas. Claramente, observa-se que a informalidade nos municípios cearenses, de maneira geral, é composta por trabalhadores do setor privado sem carteira assinada e por trabalhadores conta-própria sem CNPJ. Isso vai de encontro aos principais fatores determinantes da informalidade apontados na introdução deste estudo. Logo, a solução para tal fenômeno nos municípios cearenses é multidimensional e complexa, pois depende em parte de mudanças na legislação trabalhista e na constituição de empresas. A administração municipal, assim como estadual, pode contribuir para mitigar a informalidade a partir da redução de impostos que incidem sobre micro e pequenos negócios, assim como na formação de capital humano a partir de melhorias na qualidade dos serviços de saúde e educação.

Gráfico 6: Diagrama de dispersão para a taxa de informalidade e o log natural do PIB per capita dos municípios cearenses – 2022.



Fonte: Censo Demográfico 2022 e PIB Municipal/IBGE. Elaboração própria.

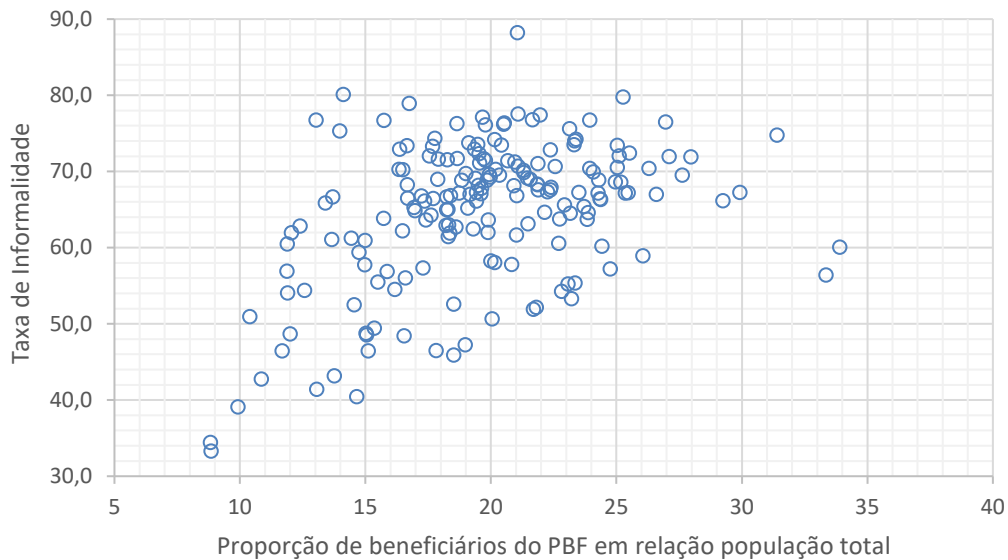
Gráfico 7: Distribuição dos municípios por diagrama de caixa para as categorias de trabalho informal (% da população total ocupada) no Ceará – Censo 2022.



Fonte: Censo Demográfico 2022/IBGE. Elaboração própria.

Outro aspecto relevante associado à informalidade nos municípios cearenses é a relação direta com a população beneficiária do Programa Bolsa Família. O Gráfico 8 mostra o diagrama de dispersão para a taxa de informalidade e a proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família nos municípios cearenses.

Gráfico 8: Diagrama de dispersão para a taxa de informalidade e a proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família nos municípios cearenses – 2022.



Fonte: Censo Demográfico 2022/IBGE. Elaboração própria.

Claramente, observa-se uma relação positiva indicando que municípios com elevada taxa de informalidade também tendem a apresentar elevado percentual de beneficiários do PBF. Essa é uma relação esperada, pois uma maior proporção de beneficiários do PBF significa um maior contingente de população com vulnerabilidades socioeconômicas (exemplo, baixa escolarização e saúde comprometida), as quais reduzem a produtividade do indivíduo e restringem o acesso ao mercado de trabalho formal (ver Gráfico 6). Isso significa dizer que a quebra do ciclo de pobreza por meio de melhoria da formação de capita humano parece ser uma condição necessária no processo de estruturação de mercado formal de trabalho em nível local. No entanto, tona-se relevante a necessidade de melhor delineamento de políticas de transferências condicionadas de renda para minimizar efeitos distorcivos sobre o mercado de trabalho. Por exemplo, a definição de critérios condicionantes em que impede o indivíduo de receber o benefício ao obter emprego com carteira assinada, independentemente do critério de renda, pode incentivar a informalização. Ou a possibilidade de acumular diversos benefícios que elevem a sua renda disponível e o salário reserva (isto é, renda pela qual o indivíduo estaria disposto a trabalhar), desincentivando a busca por empregos formais. A informalidade passa a ser atrativa neste cenário, pois torna-se uma renda complementar e permite o indivíduo a flexibilizar sua oferta de trabalho dada a rigidez ainda presente no mercado formal.

4. Conclusão

O presente estudo buscou investigar as características sociodemográficas associadas à informalidade, bem como a distribuição espacial do fenômeno nos municípios e sua composição. O estudo mostra que mais da metade dos trabalhadores cearenses são informais. Este fenômeno incide de forma preponderante sobre a população jovem e idosa, do sexo masculino, pretos e pardos, bem como sobre

pessoas com baixa escolarização. Também se observa que 91% dos municípios apresentavam mais da metade das respectivas populações ocupadas de maneira informal. Em grande parte, a informalidade se concentra em trabalhadores do setor privado sem carteira e em trabalhadores por conta-própria sem CNPJ. Os municípios com menor dinâmica econômica, bem como aqueles com elevado percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família, são aqueles que apresentam maiores taxas de informalidade.

A redução da informalidade no Ceará passa por políticas públicas complexas, pois os fatores que a determina são de origem institucionais/regulatórios, econômicos e de escolha individual. No entanto, os governos municipais e estadual podem contribuir para atenuar a informalidade no médio ou longo prazo ao prover acesso e qualidade nos serviços de educação, saúde, saneamento e banda larga à população. Isso permitirá o aumento da produtividade do trabalhador cearense, atraindo a formalização de negócios no estado. No curto prazo, a redução da carga tributária sobre serviços e circulação de mercadorias pode ajudar na sustentabilidade de microempreendimentos e formalização dos mesmos; assim como a criação de empregos formais em setores mais dinâmicos. Também é possível incentivar a formalização de micro e pequenos negócios a partir de estratégias que combinam vários componentes como o fornecimento de informações sobre o processo de registro do negócio, acesso à microcrédito, e assistência personalizada ao beneficiário (Mancha et al., 2025). Logo, o combate a informalidade deve ser prioridade das políticas públicas em âmbito estadual e municipal por estar diretamente relacionada ao bem-estar da população cearense.

Referências:

- Bosch, M., Campos-Vazquez, R. M. (2014). The trade-offs of welfare policies in labor markets with informal jobs: the case of the "Seguro Popular" program in Mexico. *American Economic Journal: Economic Policy*, 6 (4): 71–99.
- Mancha, A., Cavalcanti, F., Ratcher, L., Gouvea, L., Fontes, L. F. (2025). Evidências sobre políticas de mercado de trabalho e implicações para o Brasil: informalidade. Das Neves Junior, E. C., & Miranda Antonio, K. . (Eds.). doi: 10.18235/0013732
- Manzano, M., Krein, J. D., Abílio, L. C. (2021). The dynamics of labour informality in Brazil, 2003-2019. *Global Labour Journal*, 12(3).
- Ponczek, V., Ulyssea, G. (2022). Enforcement of labour regulation and the labour market effects of trade: evidence from Brazil. *The Economic Journal*, 132(641): 361–390.
- Rocha, R., Ulyssea, G., Rachter, L. (2018). Do lower taxes reduce informality? Evidence from Brazil. *Journal of Development Economics*, 134(C): 28-49.
- Sousa, M. S. (2021). Informalidade no mercado de trabalho no mundo e no Brasil. 2021. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Ulyssea, G. (2018). Firms, informality, and development: theory and evidence from Brazil. *American Economic Review*, 108 (8): 2015–47.
- Ulyssea, G. (2020). Informality: causes and consequences for development. *Annual Review Economics*. 12:525-546. doi: 10.1146/annurev-economics-082119-121914

Tabela A1: Composição e taxa de informalidade (% da população total ocupada) no mercado de trabalho por municípios – Censo 2022

Municípios	Trabalhadores sem carteira assinada				Sem CNPJ		Trabalhador Familiar	Taxa de Informalidade Total
	Trabalhador doméstico	Empregado (setor privado)	Empregado (setor público)	Empregado (estatais)	Empregador	Conta própria		
Salitre	22,8	1,5	13,9	0,3	0,2	43,8	5,7	88,2
Parambu	27,5	2,9	14,7	0,1	0,9	29,9	4,0	80,1
Aiuaba	21,7	4,7	16,1	0,1	0,1	35,3	1,7	79,8
Piquet Carneiro	25,2	4,5	13,0	0,0	1,1	33,2	2,0	78,9
Potiretama	30,6	2,9	21,4	0,2	0,0	22,5	0,0	77,6
Santana do Cariri	24,1	2,7	9,0	0,0	0,3	39,8	1,6	77,4
Tamboril	22,6	5,1	5,9	0,0	1,4	38,9	3,3	77,1
Barreira	33,6	2,7	5,2	0,1	0,5	32,7	1,9	76,8
Pires Ferreira	30,0	5,3	13,6	0,0	0,4	27,4	0,2	76,8
Independência	30,9	7,4	3,3	0,4	1,3	31,2	2,3	76,7
Ibiapina	29,6	3,3	3,4	0,0	0,9	37,6	1,9	76,7
Orós	23,8	7,1	8,0	0,2	0,5	35,1	1,9	76,5
Ocara	28,2	3,3	11,5	0,7	1,1	29,5	2,1	76,3
Jucás	25,9	4,4	7,2	0,0	0,2	38,3	0,3	76,3
Itarema	35,0	3,7	3,9	0,0	0,7	29,5	3,3	76,2
Catarina	28,2	7,7	12,2	0,3	0,9	23,1	3,7	76,1
Ibaretama	25,9	3,3	11,7	0,0	1,0	33,0	0,7	75,6
Arneiroz	17,6	5,0	27,7	0,2	0,5	23,9	0,5	75,3
Monsenhor Tabosa	14,6	2,3	15,1	0,2	0,5	41,7	0,4	74,8
Mucambo	20,1	8,7	18,6	0,0	0,7	23,6	2,7	74,4
Graça	26,5	6,1	11,6	0,2	0,3	26,4	3,1	74,2
Croatá	26,4	3,3	5,0	0,1	0,7	37,8	1,0	74,2
Viçosa do Ceará	23,4	4,1	5,7	0,1	1,4	33,8	5,5	74,0
Quiterianópolis	18,3	5,0	11,0	0,1	0,2	34,8	4,5	73,7
Cariús	23,3	4,8	3,7	0,0	0,4	39,3	2,1	73,5
Jaguaretama	20,7	3,9	3,6	0,1	0,6	44,4	0,3	73,5
Mombaça	22,1	6,8	4,1	0,1	0,5	37,9	2,1	73,5
Mulungu	28,7	4,3	7,2	1,2	0,3	29,9	1,8	73,4

Morrinhos	25,9	2,5	4,7	0,3	0,9	37,7	1,5	73,4
Guaraciaba do Norte	34,7	3,7	2,6	0,0	1,3	28,0	3,1	73,3
Araripe	24,8	4,2	5,8	0,2	0,8	32,4	4,8	72,9
Jati	17,1	2,5	6,9	0,0	0,0	36,7	9,8	72,9
Ararendá	13,7	4,2	17,2	0,4	0,3	35,4	1,7	72,8
Novo Oriente	25,5	4,4	8,4	0,0	0,5	30,1	3,5	72,4
Alto Santo	34,2	3,2	5,7	0,1	0,4	28,1	0,6	72,3
Granja	28,6	4,7	11,6	0,1	0,7	23,8	2,6	72,0
Miraíma	15,0	4,3	15,3	0,0	1,1	34,0	2,5	72,0
General Sampaio	13,0	3,5	14,1	0,4	0,2	40,2	0,6	71,9
Assaré	24,4	6,6	9,4	0,0	0,9	29,2	1,4	71,9
Quixelô	18,6	3,5	9,7	0,8	0,9	36,2	1,9	71,7
Uruoca	21,3	4,7	18,9	0,0	0,1	26,0	0,7	71,7
Reriutaba	23,9	7,9	12,8	0,1	1,0	24,3	1,7	71,6
Bela Cruz	30,8	6,9	7,1	0,1	1,2	23,5	1,9	71,5
Pacujá	19,2	6,4	19,6	0,4	0,0	23,7	2,2	71,5
Umari	16,6	2,0	22,0	0,5	0,0	28,8	1,6	71,4
Saboeiro	16,2	7,8	9,5	0,0	1,8	33,7	2,3	71,3
Guaramiranga	22,8	14,0	11,4	0,0	0,5	22,2	0,1	71,1
Chaval	16,7	6,0	7,1	0,1	0,2	40,3	0,6	71,0
Acaraú	35,7	4,7	4,1	0,1	0,6	23,8	1,8	70,7
Abaiara	39,7	1,9	6,7	0,0	0,6	21,4	0,3	70,7
Catunda	21,4	5,0	13,1	0,2	0,2	29,3	1,4	70,5
Tururu	21,4	3,7	10,0	0,5	0,7	31,9	2,3	70,4
Penaforte	26,9	5,5	5,5	0,0	0,5	30,2	1,9	70,4
Hidrolândia	27,5	8,1	5,9	0,4	0,5	24,7	3,2	70,3
São Benedito	25,9	4,3	2,2	0,2	0,8	34,9	2,0	70,3
Cruz	29,3	5,2	4,1	0,0	1,1	28,6	2,0	70,2
Milhã	24,1	6,6	8,9	0,0	2,4	26,3	1,9	70,2
Aratuba	10,3	4,2	5,7	14,2	1,0	34,0	0,6	69,9
Boa Viagem	26,2	6,6	5,4	1,0	0,6	20,6	9,5	69,8
Ipueiras	25,4	7,3	7,7	0,0	0,6	25,0	3,8	69,7

Lavras da Mangabeira	27,5	7,1	3,7	0,6	1,0	28,5	1,2	69,6
Moraújo	19,4	4,7	9,7	0,0	0,0	34,4	1,3	69,5
Caridade	22,6	6,5	11,5	0,2	1,0	26,6	1,2	69,5
Potengi	27,6	5,2	4,9	1,8	0,3	27,9	1,5	69,2
Choró	20,6	5,7	10,7	0,0	1,4	29,7	1,0	69,1
Marco	28,0	4,8	2,2	0,0	1,2	30,4	2,4	69,1
Ipaumirim	23,9	8,2	7,1	0,1	0,5	28,6	0,7	69,0
Jaguaribara	23,9	4,0	10,1	0,2	1,0	27,1	2,7	69,0
Santana do Acaraú	23,7	5,3	8,5	0,0	2,9	26,9	1,7	68,9
Deputado Irapuan Pinheiro	25,4	8,8	16,2	0,0	0,3	16,9	1,1	68,8
Missão Velha	29,7	5,4	3,0	0,2	0,7	27,8	2,1	68,8
Pacoti	31,4	4,5	8,7	0,0	0,5	22,5	1,2	68,6
Trairi	25,7	4,4	5,0	0,2	0,3	31,7	1,3	68,6
Madalena	19,5	5,9	10,5	0,0	0,5	27,9	4,0	68,3
Caririaçu	23,6	3,7	6,6	0,2	0,3	32,3	1,6	68,3
Varjota	26,1	7,4	12,4	0,1	0,4	19,5	2,3	68,3
Cedro	22,2	6,3	5,3	0,2	0,5	33,4	0,3	68,2
Amontada	29,5	4,0	7,4	0,0	0,7	23,9	2,8	68,1
Pedra Branca	21,4	6,3	12,0	0,0	0,8	24,9	2,5	67,9
Várzea Alegre	27,0	9,2	3,0	0,1	0,8	26,3	1,5	67,8
São Luís do Curu	23,4	3,3	6,5	0,0	0,2	33,1	1,1	67,6
Itatira	21,9	3,5	10,0	0,0	0,2	27,5	4,5	67,6
Acopiara	26,4	6,9	7,4	0,4	0,7	23,2	2,5	67,3
Palmácia	10,0	3,7	8,0	0,0	0,8	43,6	1,3	67,2
Ubajara	33,2	3,8	2,3	0,2	0,7	26,2	0,9	67,2
Barroquinha	16,4	2,2	7,8	0,0	0,7	39,8	0,4	67,2
Altaneira	15,4	5,7	20,4	0,0	0,1	24,0	1,6	67,2
Farias Brito	19,4	3,7	11,9	0,2	0,2	30,3	1,5	67,2
Itapiúna	25,9	3,2	7,9	0,0	1,1	27,4	1,8	67,2
Martinópolis	17,8	5,0	8,6	0,7	1,0	33,6	0,6	67,2
Chorozinho	25,5	2,0	5,8	0,0	0,3	32,9	0,7	67,1
Cariré	21,8	4,5	8,8	0,1	0,9	30,6	0,3	67,0

Tejuçuoca	30,1	3,7	4,6	0,1	0,3	27,4	0,7	67,0
Ipaporanga	16,6	4,8	16,4	0,2	0,2	25,7	2,9	66,8
Senador Sá	21,7	6,5	14,5	0,0	0,2	22,4	1,6	66,8
Itaiçaba	13,1	1,4	6,0	0,0	0,4	44,2	1,7	66,8
Barro	20,3	5,7	5,5	0,4	0,1	33,9	0,8	66,7
Icapuí	22,1	5,5	4,9	0,1	1,3	32,4	0,3	66,6
Carnaubal	27,2	3,7	5,1	0,1	0,7	25,6	4,2	66,5
Aurora	29,2	9,1	3,1	0,5	0,3	22,4	1,8	66,4
Ipu	30,3	5,4	3,9	0,2	0,2	24,9	1,5	66,4
Jaguaruana	26,1	3,2	5,8	0,1	1,4	28,7	1,0	66,3
Apuiarés	16,8	1,9	7,2	0,2	0,4	38,5	1,2	66,1
Banabuiú	13,1	3,6	11,5	0,0	0,5	37,1	0,4	66,1
Iracema	30,0	6,7	5,3	0,0	0,7	22,2	1,4	66,1
Jaguaribe	23,8	3,9	2,6	0,2	0,6	33,7	1,1	65,8
Irauçuba	24,6	3,6	12,4	0,2	0,5	23,2	1,0	65,6
Capistrano	22,8	4,0	8,7	0,3	0,0	25,4	4,2	65,4
Paracuru	20,3	4,9	3,0	0,2	1,0	25,7	10,3	65,3
Icó	23,9	6,6	5,3	0,1	1,5	26,0	1,8	65,2
Tianguá	26,7	3,7	4,4	0,2	1,1	27,6	1,3	65,0
Mauriti	28,3	5,6	4,8	0,3	0,8	24,2	1,0	65,0
Campos Sales	25,7	6,4	6,3	0,3	0,0	25,2	0,9	64,9
Nova Olinda	25,0	3,0	6,8	0,0	0,4	28,8	0,5	64,7
Beberibe	25,4	4,7	3,4	0,2	0,5	29,1	1,3	64,6
Aracoiaaba	19,9	4,1	10,0	0,7	1,2	26,5	2,2	64,5
Groaíras	19,9	5,2	7,8	0,3	1,3	29,3	0,5	64,3
Nova Russas	22,2	6,0	6,6	0,0	0,5	27,6	0,9	63,8
Coreaú	25,8	8,1	8,1	0,4	0,3	19,4	1,6	63,7
Granjeiro	22,2	2,2	12,1	0,2	1,3	23,5	2,3	63,7
Palhano	25,1	3,0	2,4	0,0	0,2	31,4	1,5	63,6
Porteiras	20,5	2,4	5,5	0,0	0,9	32,4	1,9	63,6
Canindé	22,4	4,9	4,1	0,0	0,4	26,0	5,4	63,1
Poranga	10,5	3,8	4,9	0,4	0,7	41,2	1,6	63,0

São João do Jaguaribe	22,7	7,1	5,6	0,4	0,7	25,4	1,1	62,9
Tauá	20,4	6,8	4,6	0,2	0,6	28,8	1,5	62,8
Tabuleiro do Norte	23,4	4,8	3,0	0,2	0,6	28,2	2,5	62,7
Redenção	18,7	4,4	5,6	0,0	0,8	32,0	1,0	62,5
Camocim	21,2	4,4	6,7	0,0	0,9	27,6	1,3	62,2
Acarape	29,5	5,0	3,9	0,0	0,2	22,2	1,1	62,0
Crateús	19,9	5,1	4,4	0,3	0,6	30,8	0,9	62,0
Itapajé	22,8	2,8	3,9	0,0	0,5	30,9	1,0	61,9
Paraipaba	23,5	4,3	3,1	0,2	0,4	29,4	0,8	61,6
Jardim	19,0	4,1	3,1	0,0	0,3	32,5	2,6	61,4
Solonópole	21,2	4,4	4,8	1,4	1,1	27,1	1,3	61,2
Jijoca de Jericoacoara	21,3	2,6	8,3	0,0	0,8	27,4	0,7	61,1
Fortim	24,3	4,4	6,1	0,1	0,7	24,5	0,8	60,9
Quixadá	22,4	4,0	4,6	0,2	0,8	27,1	1,4	60,6
Alcântaras	20,2	7,1	12,3	0,0	0,3	16,8	3,8	60,5
Baturité	21,7	5,0	3,3	0,3	0,5	27,8	1,6	60,2
Antonina do Norte	18,9	4,9	7,0	0,1	0,6	24,9	3,7	60,1
Meruoca	21,7	7,9	9,4	0,1	0,9	19,1	0,3	59,4
Uruburetama	26,8	3,6	4,8	0,5	0,5	21,7	1,0	58,9
Umirim	17,0	4,1	6,4	0,6	0,6	26,6	3,1	58,3
Cascavel	25,8	2,7	4,4	0,2	0,5	23,5	1,0	58,0
Tarrafas	26,8	3,3	2,5	0,4	1,5	22,1	1,3	57,8
Ereré	13,6	2,0	6,3	0,0	0,5	32,0	3,4	57,7
Itapipoca	21,9	5,5	4,6	0,1	0,5	24,3	0,6	57,3
Paramoti	19,3	6,6	8,3	0,2	0,3	21,4	1,1	57,2
Aracati	17,2	3,0	4,9	0,2	0,5	29,4	2,0	56,9
Iguatu	19,9	4,9	4,1	0,2	0,6	26,0	1,2	56,9
Ibicuitinga	19,8	3,1	7,7	0,0	1,0	24,5	0,3	56,4
Massapê	17,9	5,4	8,9	0,1	0,4	22,4	1,0	56,0
Pentecoste	18,2	4,5	4,0	0,1	0,4	27,6	0,8	55,5
Milagres	20,7	4,4	3,5	0,0	0,0	26,3	0,5	55,3
Morada Nova	24,0	3,1	2,5	0,2	1,2	22,3	2,0	55,2

Forquilha	20,1	5,3	5,0	0,1	0,3	22,8	1,0	54,5
Russas	21,3	3,6	4,0	0,2	0,6	23,5	1,3	54,4
Santa Quitéria	21,2	4,3	5,3	0,1	0,3	21,7	1,4	54,3
Quixeré	22,1	2,7	4,9	0,1	0,5	22,1	1,6	54,0
Pindoretama	14,4	5,5	4,5	0,4	0,8	27,4	0,4	53,3
Guaiúba	16,4	6,5	5,3	0,2	0,4	23,1	0,9	52,6
Limoeiro do Norte	21,5	3,5	3,0	0,0	0,6	22,9	1,0	52,5
Maranguape	19,0	2,6	3,2	0,1	0,3	25,6	1,3	52,2
Baixio	21,1	3,1	8,0	1,1	1,1	17,2	0,3	51,9
Juazeiro do Norte	18,5	3,5	1,8	0,3	0,6	25,6	0,6	50,9
Aquiraz	16,1	5,2	2,5	0,1	0,4	25,6	0,9	50,6
Quixeramobim	18,7	4,8	5,1	0,2	0,4	19,5	0,7	49,4
Crato	17,5	4,9	2,5	0,1	0,4	22,9	0,6	48,7
Barbalha	18,2	4,9	2,8	0,0	0,5	21,5	0,8	48,7
Brejo Santo	18,3	4,7	2,1	0,0	0,5	22,4	0,6	48,5
Pereiro	16,0	5,0	7,3	0,0	0,2	17,4	2,6	48,4
Senador Pompeu	17,7	2,9	5,6	0,5	0,5	18,0	2,2	47,2
Caucaia	15,5	3,1	2,5	0,2	0,5	24,2	0,7	46,5
Pacajus	16,6	2,8	2,2	0,0	0,5	23,9	0,5	46,4
São Gonçalo do Amarante	17,0	3,9	4,5	1,0	0,3	19,2	0,6	46,4
Frecheirinha	14,5	4,6	1,5	0,3	0,6	23,2	1,2	45,9
Pacatuba	12,8	2,8	3,8	0,1	0,1	22,9	0,7	43,1
Sobral	17,0	3,7	2,3	0,3	0,6	18,5	0,5	42,7
Maracanaú	13,3	2,8	1,7	0,3	0,4	22,4	0,5	41,4
Fortaleza	13,6	3,5	1,2	0,1	0,5	20,8	0,7	40,4
Itaitinga	14,0	2,7	1,8	0,1	0,3	19,7	0,5	39,1
Horizonte	12,2	1,7	0,9	0,4	0,3	18,7	0,3	34,4
Eusébio	11,1	4,2	3,3	0,8	0,5	12,9	0,5	33,3

Fonte: Censo Demográfico 2022/IBGE. Elaboração própria.